



URGENTE

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Filiado à **CET** e **CUT**imprensa@apeoesp.org.br

TODOS À ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES EM 15 DE MARÇO

A Diretoria da APEOESP reuniu-se na manhã desta terça-feira, 12 de março, com o Secretário Estadual de Educação. **Diante dos posicionamentos da Secretaria (veja todos os itens abaixo), reafirmamos a necessidade de realização de uma grande e representativa assembleia estadual, com paralisação, no dia 15 de março, às 14 horas, na Praça da Sé, seguida de passeata até a Praça da República. É um momento muito importante da nossa categoria no processo de preparação da greve, conforme deliberação da nossa V Conferência Estadual de Educação.**

Reajuste salarial

A entidade insistiu na definição de um reajuste salarial que reponha nossas perdas salariais, da ordem de 36,74% e que

recomponha o reajuste previsto para 2012, do qual apenas uma parte foi efetivamente pago. O Secretário não deu à nossa entidade nenhuma informação concreta a respeito.

Categorias O e F

A APEOESP reivindicou soluções para a situação precária dos professores da chamada categoria "O", no que diz respeito à forma de contratação, direitos e condições de trabalho e também

no que se refere à quarentena, que volta a ser de 200 dias para milhares de professores que tiveram seus contratos encerrados em 2012. Este conjunto de questões tem gerado o agravamento da falta de professores na rede estadual de ensino. O Secretário disse que determinará estudos sobre a situação dos professores da categoria O e também em relação aos professores da categoria F para eventuais alterações na legislação. **Contra a divisão de categorias! Somos todos professores.**

A propósito, a APEOESP participa nesta quarta-feira, 13/03, na Assembleia Legislativa, de reunião do funcionalismo organi-

Assembleia 15 de Março • 14 h Praça da Sé com Paralisação

(ao final, caminhada até a Praça da República)

Em abril, os PROFESSORES VÃO PARAR!

- Por reajuste salarial já
- Pela Jornada do piso
- Pelos direitos da categoria O
- Contra a remoção ex-officio

- Governador, cumpre a lei: no mínimo 33% da jornada de trabalho para atividades de formação e preparação de aulas!
- Reposição salarial de 36,74% e complementação do reajuste referente a 2012;
- Dignidade na contratação, condições de trabalho e atendimento no IAMSPE para os professores da categoria O!
- Fim da remoção ex-officio e da designação de professores das Escolas de Tempo Integral;
- Regime de dedicação exclusiva para todos, por opção de cada professor(a);
- Melhores condições de trabalho e políticas de prevenção de adoecimento dos professores;
 - Fim da lei das faltas médicas;
- Fim dos descontos de faltas e licenças médicas para efeito de aposentadoria especial;
- Fim das provinhas e avaliações excludentes;
 - Por um plano de carreira que atenda às necessidades do magistério.

• Converse com seus colegas
• Converse com estudantes e pais
• Participe das atividades

Professor, torne-se o representante da APEOESP na sua escola

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CET** e **CUT**

zada pela CUT, na qual a questão da precarização do trabalho no serviço público será discutida (veja nota abaixo).

Jornada do piso

A APEOESP reafirmou a reivindicação de imediata implementação da jornada do piso, por meio de negociação com o Sindicato. O Secretário continua mantendo uma posição de evitar o cumprimento da lei, ora afirmando que é necessário avaliar o impacto das alterações na carreira, que vem sendo discutidas na comissão paritária, ora dizendo que o fato de haver processo judicial sobre o assunto impediria a negociação. No nosso entendimento, o processo judicial não impede a negociação, mas estamos seguros de nossa posição, pois temos sentença favorável à jornada do piso. O que a SEE vem conseguindo até o momento é postergar sua implementação por meio de um recurso irregular que três desembargadores do TJSP se recusam a julgar. A APEOESP insistiu com o Secretário que a desobstrução da sentença judicial poderá obrigar o governo a implementar a jornada de uma só vez.

Concurso Público

O Secretário informou que realizará concurso público no segundo semestre. Reiterou que está encaminhando projeto de alteração na lei 1094/2009, transferindo o curso da Escola de Formação, hoje terceira etapa do concurso, para o estágio probatório.

Escola de tempo integral

A APEOESP reapresentou suas divergências e reivindicações quanto à escola de tempo integral, como o fim da remoção ex-officio, o pagamento da GDPI a todos os professores que optarem pela dedicação integral em qualquer unidade da rede, fim das avaliações anuais e designação por “perfil” e fim da imposição do ingresso neste projeto, sem a aprovação amplíssima da comunidade escolar.

O Secretário afirmou que as escolas de tempo integral só são implementadas nas unidades nas quais há aprovação expressiva e ampla de todos os segmentos, que não há imposição e que todos os professores efetivos que desejam permanecer na escola, podem nela permanecer. Segundo o Secretário, só há remoção de professores que não desejam aderir à escola de tempo integral. Todos sabemos que

isto não corresponde ao que está acontecendo nas escolas.

Aposentadorias

A APEOESP cobrou do Secretário a realização de reunião entre as entidades do magistério e a Procuradoria Geral do Estado, cuja articulação ficou a cargo da SEE. O Secretário disse que a reunião ocorrerá após os trabalhos da comissão paritária, em fase final.



CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA DA CUT

Nesta quarta-feira, dia 13 de março, às 10 horas, na Assembleia Legislativa de São Paulo, plenário D. Pedro I, os servidores públicos de São Paulo filiados à Central Única dos Trabalhadores, que compõem o Fórum Estadual do Funcionalismo Público, lançarão a Campanha Salarial Unificada. Os trabalhadores entregarão as pautas de reivindicação à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento e ao Colégio de Líderes da Assembleia Legislativa.

As bandeiras de luta do funcionalismo se referem à negociação coletiva, respeito à data-base, reposição da inflação, aumento real, precarização do trabalho, reajuste no valor do ticket refeição e concessão a todos os servidores. A pauta foi definida em 15 de fevereiro, durante reunião do Fórum, do qual a APEOESP faz parte.

Políticas de cotas nas universidades públicas

E também nesta quarta-feira, 13, a Assembleia Legislativa de São Paulo realiza audiência pública para debater o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior

Público Paulista, de autoria do governo do Estado. O debate com os reitores das três universidades públicas do Estado – USP, Unicamp e Unesp – é uma iniciativa da bancada do PT com apoio da Comissão de Educação e Cultura da Alesp e acontecerá às 17 horas no auditório Paulo Kobayashi.

Diversos setores da sociedade civil – estudantes, movimento negro, movimentos sociais – defendem o sistema de cotas descrito no Projeto de Lei 530 de autoria de deputados do PT, que tramita na Assembleia Legislativa desde 2004. Por este projeto, 50% das vagas nas universidades seriam destinadas a estudantes de escolas públicas, sendo 30% delas para estudantes negros.

Pelo projeto do governo, o aluno interessado teria de frequentar um curso de dois anos de duração, a ser feito após o ensino médio (curso pós-médio), cujas disciplinas previstas não permitem nem que ele possa ser caracterizado como uma espécie de recuperação de deficiências vindas do ensino médio nem de preparação para cursos superiores.